

Cuiabá, 25 de agosto de 2021

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao disposto no Art. 4º da Circular 3.964, de 25 de setembro de 2019, elaboramos a presente carta de apresentação das demonstrações financeiras da **AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** para o semestre findo em 30 de junho de 2021, que compreende:

- 1. Relatório da Administração;
- 2. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- 3. Balanço Patrimonial;
- 4. Demonstração de Resultados;
- 5. Demonstração do Resultado Abrangente;
- 6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 8. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras objeto deste arquivo estarão disponíveis no endereço eletrônico www.al5bank.com.br.

A administração declara que é responsável pela correta apresentação das demonstrações financeiras e se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Patrícia Michelli Alves de Lima William Luppi
Diretora de Operações e Finanças Contador
CRC/PR 65355/O-5



Cuiabá - MT

Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 30 de Junho de 2021

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos Novos Relevantes

A exemplo do ano anterior, o primeiro semestre de 2021 ainda sofreu os impactos provocados pela pandemia do Coronavírus, que afetou gravemente a economia mundial, elevou o desemprego e diminuiu a renda da população.

A taxa básica de juros (Selic), permaneceu em 2% no primeiro trimestre como tentativa de estímulo à economia, porém, fechou o semestre em 4,25% puxada pela elevação da inflação no mesmo período, que saiu do patamar de 4,56% em dezembro de 2020, para fechar em 8,99% no semestre.

Ante ao cenário que se construiu após mais de um ano de pandemia, coube a Companhia adotar medidas mais efetivas de recuperação de crédito. Firmou nova parceria com agência e passou a variar estratégias de cobrança e renegociação, obtendo resultados significativos, próximos a meta estipulada para o semestre.

Por outro lado, mesmo com o ritmo lento da economia, devido à alta dos juros, inflação, flutuação do câmbio e as tensões políticas, a Companhia continuou expandindo seus negócios, ampliando suas concessões de crédito e as captações.

No âmbito social, a instituição seguiu adotando medidas de segurança sanitária, mantendo parte de seus colaboradores no regime de trabalho remoto (Home-Office), prezando pela saúde da equipe e de seus familiares.

Destaca-se também que a AL5 S.A. CFI manteve o seu quadro de 28 colaboradores, além de abrir novos postos na área de tecnologia da informação.

No primeiro semestre de 2021, um importante marco iniciou-se para a transformação do Sistema Financeiro Nacional. O Banco Central do Brasil (Bacen) deu início à primeira fase de implementação do *Open Banking*.

O Open Banking, ou sistema financeiro aberto, é a possibilidade de clientes de produtos e serviços financeiros permitirem o compartilhamento de suas informações entre diferentes instituições autorizadas pelo Banco Central e a movimentação de suas contas bancárias a partir de diferentes plataformas e não apenas pelo aplicativo ou site do banco, de forma segura, ágil e conveniente. (Fonte: Bacen)

Esta importante mudança proporciona um cenário mais competitivo, pois permite conhecer o relacionamento entre clientes e instituições, a fim de ofertar melhores produtos e serviços.

A troca de informações é feita em ambiente seguro e apenas com a permissão dos usuários, que pode ser revogada a qualquer tempo.

Na primeira fase, iniciada em fevereiro, foram realizados os cadastros das instituições participantes, com seus catálogos de canais de atendimento, produtos e serviços relacionados a contas e operações de crédito.

Em agosto, o *Open Banking* entrou em sua segunda fase, onde os clientes poderão solicitar o compartilhamento de seus dados cadastrais entre as instituições, informações de transações em suas contas, cartões de crédito e produtos de crédito contratados.

Ainda estão previstas para 2021 as fases 3 e 4. A implementação completa está prevista para o primeiro semestre de 2022.

A AL5 S.A. CFI é instituição participante do *Open Banking* e mobiliza esforços para construir o que há de mais atual em tecnologia visando utilizar da maior quantidade possível de dados disponíveis para ofertar melhores serviços aos clientes e ampliar sua participação no mercado.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o semestre com 12.830 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 173,06 milhões, com receitas totais na ordem de R\$16,21 milhões. Crescimento de 10,7% em relação mesmo período do ano anterior.

Entretanto, os impactos econômicos provocados pela pandemia permanecem ocasionando aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em função da inadimplência de operações contratadas antes de 2021, fechando o semestre com incremento de 7,2 milhões de despesas.

A instituição segue ampliando seus investimentos em tecnologia, atingindo o volume de R\$ 2.2 milhões no semestre, com intuito de melhorar a experiência do cliente, dar melhor fluidez e segurança aos processos de contratação de crédito e captações.

Em consequência dos investimentos apresentados e dos impactos da inadimplência ainda persistentes, ao fim do semestre a instituição apresentou prejuízo no semestre, no valor de R\$ 822 mil. Resultado que ainda não refletiu a expectativa de projeção de nossas atividades retratado no Plano de Negócios para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Ainda assim, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução nº 4.122/2012 esta Administração declara que está buscando a aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN), bem como acompanha as inovações do sistema financeiro nacional em razão da crescente digitalização e transformação tecnológica. Ressalta que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através do acompanhamento dos Ativos Ponderados por risco (RWA) e Patrimônio de Referência, ou seja, o Índice de Basileia que determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito. Ressalta-se ainda que os valores de Patrimônio Líquido realizados estão muito superiores ao mínimo exigido comparados com a carteira ativa nas mesmas datas de apuração considerando os Acordos de Basiléia.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 25 de agosto de 2021. Tarcísio Hubner Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da **AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**<u>Cuiabá</u> - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, (anteriormente denominada "Amaggi S.A. - CFI"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Créditos Tributários

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 30 de junho de 2021, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.781 mil, conforme divulgado na nota explicativa "16.b" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 25 de agosto de 2021.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PR № 6.472/O-1 S/MT REGINALDO BESCOROVAINE CONTADOR CRC-PR № 45.212/O-5 S/MT

Balanço Patrimonial

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

(Em milhares de Reais)			
	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		126.006	78.466
Disponibilidades	5.a	326	446
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		38.286	18.559
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	38.286	18.559
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos			
Financeiros Derivativos	6	2	14
Carteira Própria		2	14
Relações Interfinanceiras	7	3.526	519
Direitos Junto a Particip. do Sistema de Liquid.	,	3.167	47
Créditos Vinculados		359	472
Cicanos vindadado		555	.,_
Operações de Crédito		83.272	54.797
Setor Privado	8.a	72.010	68.877
Setor Público	8.a	21.372	60
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(10.110)	(14.140)
Outros Créditos	9	496	1.779
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições			1.720
Diversos		496	59
Outros Valores e Bens	10	98	2.352
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda			2.248
Outros Valores e Bens		98	104
Realizável a Longo Prazo		72.890	33.869
Operações de Crédito		67.816	33.791
Setor Privado	8.a	64.277	36.469
Setor Público	8.a	5.648	140
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(2.109)	(2.818)
Outros Créditos	9	2.781	-
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições		2.781	-
Outros Valores e Bens	10	2.293	78
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		2.248	-
Despesas Antecipadas		45	78
Permanente		2.195	1.434
Imobilizado de Uso	11	248	276
Outras Imobilizações de Uso		416	415
(-) Depreciações Acumuladas		(168)	(139)
Intangível	12	1.947	1.158
Outras Ativos Intangíveis		2.390	1.428
(-) Amortizações Acumuladas		(443)	(270)
Total do Ativo		201.091	113.769

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		44.411	4.692
Depósitos	13.a	21.079	3.783
Depósitos a Prazo		21.079	3.783
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	21.458	-
Recursos de Aceites Cambiais		21.458	-
Relações Interfinanceiras		714	28
Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		714	28
Outras Obrigações		1.160	881
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5 14.a	159	1
Fiscais e Previdenciárias	14.b	258	237
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14.c	177	184
Diversas	14.d	566	459
Exigível a Longo Prazo		111.973	63.548
Depósitos	13.a	2.770	4.848
Depósitos a Prazo		2.770	4.848
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	108.744	58.087
Recursos de Aceites Cambiais		108.744	58.087
Outras Obrigações	14.c	459	613
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		459	613
Patrimônio Líquido	15	44.707	45.529
Capital			
De Domiciliados no País		50.000	50.000
(-) Capital a Integralizar		-	-
Reservas de Lucros		12	12
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(5.305)	(4.483)

Total do Passivo 201.091 113.769

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho de 2021	Junho 2.020
Receitas de Intermediação Financeira	19.a	14.116	13.941
Operações de Crédito Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.086 1.030 -	13.668 268 5
Despesas da Intermediação Financeira	-	(11.232)	(11.123)
Operações de Captação no Mercado Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Outras Despesas de Intermediação Financeira	19.b 19.c	(2.119) (7.207) (1.906)	(1.123) (8.427) (1.573)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	-	2.884	2.818
Outras Receitas/Despesas Operacionais	_	(4.767)	(3.535)
Receitas de Prestação de Serviços Outras Despesas Administrativas Despesas de Pessoal Despesas Tributárias Outras Receitas/(Despesas)	19.d 19.e 19.f 19.g 19.h	1.393 (3.457) (2.991) (327) 615	572 (2.109) (1.835) (234) 71
Resultado Operacional	-	(1.883)	(717)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações	-	(1.883)	(717)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.061	(2.081)
Provisão para Imposto de Renda Provisão para Contribuição Social Ativo Fiscal Diferido	16 16 16	- 1.061	(1.285) (796)
Lucro Líquido/(Prejuízo)do Período	-	(822)	(2.798)

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

	Junho de 2021	Junho de 2020
Resultado Líquido	(822)	(2.798)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	(822)	(2.798)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre Findo em 30 de Junho

(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lu		de Lucro	Lucros ou	ou	
Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Prejuízos Acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	10.000	(10.000)	12	-	(691)	39.321
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	10.000	-	-	-	10.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(2.798)	(2.798)
Saldos em 30 de Junho de 2020	50.000	-	-	12	-	(3.489)	46.523
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(994)	(994)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50.000	-	-	12	-	(4.483)	45.529
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(822)	(822)
Saldos em 30 de Junho de 2021	50.000	-	-	12	-	(5.305)	44.707
Mutações do Período	-	-	-	-	-	(822)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

(Em milhares de Reais)

	Junho de 2021	Junho de 2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	(1.884)	(717)
Depreciações e Amortizações	202	89
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.739)	8.017
ID a CC Pages	(6.421)	7.389
IR e CS Pagos	-	(2.081)
(Aumento)/Redução dos Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	12	482
Relações Interfinanceiras	(3.007)	-
Operações de Crédito	(57.761)	(14.623)
Outros Créditos	(436)	(2.126)
Outros Valores e Bens	39	(2.350)
Aumento/(Redução) dos Passivos		
Depósitos	15.218	7.247
Recursos de Aceites Cambiais	72.115	10.277
Relações Interfinanceiras	686	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	158	(95)
Sociais e Estatutárias	-	(342)
Fiscais e Previdenciárias Outras Obrigações	21 (54)	(292) 855
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	20.570	4.341
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda Aquisição de Imobilizado de Uso	(1)	(6)
Aquisição de Intangível	(962)	(18)
Aquisição de intaligivei	(302)	(10)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(963)	(24)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	_	10.000
Juros Sobre Capital Próprio	-	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	-	10.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	19.607	14.317
	40.00-	40.000
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	19.005	16.854
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	38.612	31.171

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento ("AL5 S.A. CFI"), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, realizado através de ferramentas digitais e correspondentes bancários; e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital *AL5 Bank*. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e Ted, pagamento de contas, recarga de celulares e contratar operações de crédito na modalidade "Consignado".

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes ou corretoras de valores, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Letras de Câmbio (LC).

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 25 de agosto de 2021.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Relações Interfinanceiras

Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil - BACEN, referente aos sistemas de pagamento instantâneo - SPI.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

30 de junho de 2021

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN n° 2.682/99 Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

g) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas "pro-rata dia" e provisão para perdas, quando julgado necessário.

h) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 10.

j) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

k) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

I) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% entre 1º de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2021, conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

m) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

30 de junho de 2021

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possuí normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio das Resoluções n.ºs 4.192/13 e 4.278/13 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência por meio da Resolução n.º 4.193/13 instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido (8%) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências mínimas regulatórias. O índice de Basileia, em 30 de junho de 2021 apurado é de 23,89% frente a 41,59% em 31 de dezembro de 2020. A tabela abaixo demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	39.979	44.372
Patrimônio de Referência Nível I	39.979	44.372
Capital Principal	39.979	44.372
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	167.329	106.699
Risco de Crédito	140.366	85.978
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	26.963	20.722
	22.000/	44 500/
Índice de Basileia	23,89%	41,59%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	326	446
Total	326	446

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2021	31/12/2020
Compromissadas (i)	38.286	18.559
Total	38.286	18.559

(i) Em 30 de junho de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 38.286 com data de revenda prevista para o dia 01 de julho de 2021 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2021 apresentavam montantes de R\$ 2 e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	30/06	30/06/2021		2020
	Valor de	Valor de	Valor de	Valor de
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos disponíveis para venda	2	2	14	14
Carteira Própria	2	2	14	14
Cotas de Fundos de Investimento (i)	2	2	14	14
Total	2	2	14	14

(i) O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo e disponibilizada na CVM. Os saldos em Cotas de Fundos de Investimento são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Relações Interfinanceiras

	30/06/2021	31/12/2020
Transações de Pagamentos Instantâneos (i)	3.167	47
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo (ii)	359	472
Total	3.526	519

- (i) Valores a receber de instituições de pagamento, referente a transações de pagamento instantâneo.
- (ii) Valores recolhidos ao Banco Central por titular de Conta de Pagamento Instantâneo (Conta PI), para operações de pagamento instantâneo (IN BCB nº 25).

Nota 8. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível	Pessoa	Pessoa		%	Provisão	Pessoa	Pessoa		%	Provisão
de Risco	Jurídica	Física	Total	Provisão	2021	Jurídica	Física	Total	Provisão	2020
Α	30.620	84.244	114.864	0,5	574	12.435	35.854	48.289	0,5	241
В	4.340	4.625	8.965	1	90	8.561	3.436	11.997	1	120
С	16.741	6.773	23.514	3	706	19.485	5.483	24.968	3	749
D	1.209	1.460	2.669	10	267	226	1.548	1.774	10	178
E	-	1.408	1.408	30	422	945	1.222	2.167	30	650
F	-	1.542	1.542	50	771	-	864	864	50	432
G	1.887	1.296	3.183	70	2.228	2.098	899	2.997	70	2.098
Н	485	6.677	7.162	100	7.161	2.112	10.378	12.490	100	12.490
Total	55.282	108.025	163.307		12.219	45.862	59.684	105.546		16.958

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

	30/	30/06/2021			31/12/2020		
	Curto	Longo		Curto	Longo		
Produto	prazo	prazo	Total	prazo	prazo	Total	
Consignado	16.446	29.782	46.228	9.286	3.658	12.944	
Capital de Giro	27.709	26.483	54.192	20.646	21.485	42.131	
Empréstimo Pessoal	43.146	9.427	52.573	32.316	6.944	39.260	
Desconto de Recebíveis	2.620	-	2.620	2.475	-	2.475	
Financiamento de Veículos	1.204	1.345	2.549	2.368	2.035	4.403	
Financiamento Demais Bens	2.257	2.888	5.145	1.846	2.487	4.333	
Total da Carteira de Crédito	93.382	69.925	163.307	68.937	36.609	105.546	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.110)	(2.109)	(12.219)	(14.140)	(2.818)	(16.958)	
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	83.272	67.816	151.088	54.797	33.791	88.588	

	30/06/2021	Participação	31/12/2020	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	80.736	49,4%	59.484	56,4%
Outros Serviços	24.337	14,9%	21.886	20,7%
Comércio	14.608	8,9%	22.091	20,9%
Indústria	16.606	10,2%	1.885	1,8%
Setor Público				
Pessoas Físicas	27.020	16,6%	200	0,2%
Total	163.307	100%	105.546	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

Parcelas em Curso Normal:	30/06/2021	31/12/2020
De 1 a 30 dias	6.842	5.894
De 31 a 60 dias	9.829	10.498
De 61 a 90 dias	5.284	3.546
De 91 a 180 dias	17.723	15.389
De 181 a 360 dias	46.648	22.022
Acima de 360 dias	69.925	36.610
Subtotal	156.251	93.959
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	479	768
De 15 a 30 dias	491	656
De 31 a 60 dias	793	1.149
De 61 a 90 dias	720	1.060
De 90 a 120 dias	630	2.027
De 121 a 150 dias	686	1.046
De 151 a 180 dias	552	1.034
De 181 a 240 dias	1.233	1.884
De 241 a 360 dias	1.471	1.952
Acima de 360 dias	1	10
Subtotal	7.056	11.587
Total	163.307	105.546

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(16.958)	(2.607)
Constituições	(6.644)	(18.061)
Baixas	11.383	3.710
Saldo Final	(12.219)	(16.958)

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	30/06/2021	<u>%</u>	31/12/2020	%
Maior devedor	8.915	8	8.754	8
Dez maiores devedores (1)	52.222	49	38.800	37
Vinte maiores devedores	71.843	68	49.209	47
Cinquenta maiores devedores	85.525	80	54.820	52
Cem maiores devedores	90.597	85	56.409	53

(1) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas com Empréstimos	12.409	12.969
Rendas com Direitos Creditórios	145	154
Rendas com Financiamentos	532	545
Total	13.086	13.668

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2021 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 591, ante R\$ 25 no mesmo período do ano anterior.

Nota 9. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	15	4
Adiantamentos para Pagamentos (b)	4	12
Créditos Tributários de Impostos (c)	2.781	1.720
Impostos e contribuições a compensar (d)	30	30
Imposto de Renda a recuperar (e)	24	13
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (f)	3	-
Devedores Diversos (g)	420	
Total	3.277	1.779
Curto Prazo	496	1.779
Longo Prazo	2.781	

(a) Adiantamentos e Antecipações Salariais

Em 30 de junho de 2021 apurou-se R\$ 15 referente a adiantamentos de salários, realizados nos segundo semestre de 2020 e primeiro semestre de 2021, que serão descontados em períodos futuros, contra R\$ 4 no período anterior.

(b) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 4 em 30 de junho de 2021.

(c) Créditos Tributários de Impostos

Em 30 de junho de 2021 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda (R\$ 1.738) e Contribuição Social (R\$ 1.043), sobre prejuízos fiscais constituídos no exercício, nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. Os créditos tributários estão alocados no longo prazo, com expectativa de realização conforme previsto em estudo técnico (vide nota 16.b).

(d) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 30 em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(e) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 24.

(f) Valores a Receber de Sociedades Ligadas

Créditos junto à controladora "Amaggi Participações Financeiras", no valor de R\$ 3.

(g) Devedores Diversos

Refere-se ao recebimento de parcelas de operações de crédito do último dia útil, a serem liquidadas em "D+1", no valor de R\$ 420.

Nota 10. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Bens Não de Uso Próprio (R\$ 2.248), material em estoque (R\$ 22) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 122).

Nota 11. Imobilizado de Uso

							06/2021
		Taxas de Depreciação (ao ano))	sto órico	Deprec Acumu	•	Valor Residual
Móveis e Equipamentos de Uso		10%		250		(77)	173
Sistema de Processamento d	le Dados	20%		166	(91)		75
Total				416		(168)	248
	12/2020	Adições	Baixas	Depre	eciação	Таха (%)	06/2021
Móveis e Equip. de Uso	185	-	-		(12)	10	173
Sistema de Proc. de Dados	91	1			(17)	20	75
Total	276	1			(29)		248

Nota 12. Intangível

				06/2021
	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	2.390	(443)	1.947
Total		2.390	(443)	1.947

	12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	06/2021
Outros Ativos Intangíveis	1.158	962		(173)	20	1.947
Total	1.158	962		(173)		1.947

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 13. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 30/06/2021	Saldo em 31/12/2020
Depósitos a prazo (a)	6.090	14.989	2.563	207	23.849	8.631
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	204	21.254	108.744		130.202	58.087
Total	6.294	36.243	111.307	207	154.051	66.718

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 23.849 com vencimento até 24 de abril de 2025 com taxa média de 123% do DI;

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 130.202 com vencimento até 05 de março de 2025 com taxa média de 106% do DI;

Nota 14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	30/06/2021	31/12/2020
IOF a Recolher	159	1
Total	159	1
b) Fiscais e Previdenciárias:		
	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições A Recolher (i)	258	237
Total	258	237

(i) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 30 de junho 2021, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

c) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	30/06/2021	31/12/2020
Operação Ativa Vinculada (i)	636	797
Total	636	797
Curto Prazo	177	184
Longo Prazo	459	613

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

d) Diversas:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	511	229
Credores diversos – País (ii)	55	230
Total	566	459

- (i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.
- (ii) Credores Diversos estão compostos por Fornecedores e Emolumentos a repassar.

Nota 15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de dezembro de 2021, é de R\$ 50.000, totalmente integralizado, representado por 50 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	30/06/2021	30/06/2020
Prejuízos acumulados	(5.305)	(3.489)
Total	(5.305)	(3.489)

A Companhia apurou prejuízo na ordem de R\$ 822 no primeiro semestre de 2021.

Nota 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real estimativa mensal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

		30/06/2021		30/06/2020
	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição
	de Renda	Social	de Renda	Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(1.883)	(1.883)	(717)	(717)
Adições				
Permanentes	-	-	14	14
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7.207	7.207	8.427	8.427
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	-	-
Exclusões Permanentes		<u>-</u>	-	<u>-</u>
Exclusões Temporárias	(7.975)	(7.975)	(2.416)	(2.416)
Prejuízo Fiscal				
Base de Cálculo	(2.651)	(2.651)	5.308	5.308
IR e CS Apurado	_	-	1.315	796
Benefício do Pat			28	-
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	2	-
Ativo Fiscal Diferido	663	398		_
Efeito do IR e CS no Resultado	663	398	1.285	796

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	31/12/2020	Adição	(-) Baixas	30/06/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.720	1.061		2.781
Total	1.720	1.061		2.781

A Administração da AL5 S.A — CFI referendou o estudo técnico dos créditos tributários, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/20.

Os créditos tributários foram constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

A Administração, com base nas projeções de resultado, acredita que o crédito tributário será auferido no decorrer dos próximos 4 anos do seu resultado tributável.

No exercício findo em 30 de junho de 2021 a AL5 S.A – CFI não possui crédito tributário não ativado.

Nota 17. Custódia dos Títulos da Carteira

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador do fundo investido.

Nota 18. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 114% do DI.

		Passivo		Despesas
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(9.991)	(9.861)	(1.215)	(1.020)
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	(31.644)	(31.224)	(383)	(891)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(8.223)	(8.116)	(865)	(697)
Amaggi Participações Financeiras	(8)	(8)	-	-
Maggi Energia S.A.	(2.008)	(1.981)	(47)	(8)
BBM Administração e Participações Ltda.	(54.183)	-	(554)	-
Pessoas Físicas	(36.787)	(8.939)	(380)	(34)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(142.844)	(60.129)	(3.444)	(2.650)

Os saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020 referemse a captações em letras de câmbio, CDB e RDB.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2021 o montante global de até R\$ 7 milhões, mesmo valor aprovado para 2020.

Nota 19. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Crédito	13.086	13.668
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.030	268
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários		5
Total	14.116	13.941

b) Despesas de Captação

	30/06/2021	30/06/2020
RDB	107	46
CDB	146	=
Letras de Câmbio Pós	1.866	1.077
Total	2.119	1.123

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	30/06/2021	30/06/2020
Comissões (i)	1.906	1.573
Total	1.906	1.573

(i) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	30/06/2021	30/06/2020
Tarifa de cadastro	1.261	489
Aditamento de contrato	1	1
Emissão de contratos	131	82
Total	1.393	572

e) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Contribuição Ordinária ao FGC	77	37
Processamento de Dados	2.114	930
Serviços Técnicos Especializados	282	256
Serviços do Sistema Financeiro	130	171
Seguros	10	17
Comunicações	63	52
Manutenção e Conservação	6	5
Serviços de Terceiros	265	206
Propaganda e Publicidade	64	21
Promoções e Realizações	-	12
Publicações	25	12
Material	3	14
Viagens	6	27
Amortização	173	63
Depreciação	29	27
Outras Despesas Administrativas	210	259
Total	3.457	2.109

f) Despesas de Pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
Proventos	1.940	1.167
Encargos	626	320
Benefícios	416	335
Outros	9	13
Total	2.991	1.835

g) Despesas Tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
COFINS	196	171
PIS	32	28
ISS	75	33
IOF	3	2
IPTU	21	
Total	327	234

h) Outras Receitas e Despesas

	30/06/2021	30/06/2020
Outras rendas operacionais (i)	591	47
Outras rendas não operacionais (ii)	114	82
Outras despesas operacionais (iii)	(90)	(58)
Total	615	71

- (i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo
- (ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.
- (iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, dentre outros.

j) Contingências

Em 2021 e 2020 não existiram processos judiciais ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos devidos, considerados como perdas prováveis, passíveis de contingências.

k) Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o semestre findo em 30 de junho de 2021.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima Diretora de Operações e Finanças

Marco Antônio Sanches Felicio Diretor de Clientes e Produtos William Luppi Contador – CRC-PR-65355/O-5